



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

1 **ATA EXECUTIVA**
2 **Reunião Plenária Extraordinária**

3
4 **Data:** 18 de fevereiro de 2021

5 **Local:** Plataforma *Teams*, por videoconferência.

6 **Secretaria Executiva**

- 7 • Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH e Coordenador da CRHi.

8 **Conselheiros pelo segmento Estado:**

- 9 • Adriana Tedesco e Bruna Helena S. T. de Barros, da Secretaria de
10 Desenvolvimento Econômico;
11 • Amauri G. A. Silva, da Secretaria do Governo;
12 • Antônio C. Rizeque Malufe, Secretário Executivo da Casa Civil;
13 • Jose Luiz Fontes e Adriana Sacioto Marcantonio, da Secretaria de Agricultura
14 e Abastecimento;
15 • Juan Tarsis Gimenes de Almeida, da Secretaria de Logística e Transportes;
16 • Luis Fernando Milan Cavalheiro e Antônio Celso Xavier, da Secretaria da
17 Fazenda e Planejamento;
18 • Luís Sérgio Ozório Valentim, da Secretaria da Saúde;
19 • Luiz Eduardo de Oliveira Camargo, da Secretaria de Habitação;
20 • Luiz Ricardo Santoro; Secretário Executivo da SIMA, representando o
21 Presidente do Conselho, Secretário Marcos Rodrigues Penido;
22 • Sergio Luiz Damiati, da Secretaria da Educação.

23 **Conselheiros pelo segmento Municípios:**

- 24 • Eder Ruiz Magalhães de Andrade; Prefeito Municipal de Sabino;
25 • José Vicente Alamino de Moura, representando a P.M. de Tatuí;
26 • Pollyana Rodero Fernandes, representando a P.M. de Olímpia;

27 **Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:**

- 28 • Jorge Rocco, do CIESP;
29 • André Elia Neto, da UNICA e Elaine Ap. Maduro Costa, da ABAG/RP;
30 • Adriana Menezes da Silva, da FAESP e Marcelo Colla, da AFCRC;
31 • Hugo Marcos Piffer Leme, da ASSEMAE;
32 • Giuliana Talamini, da ABCON;
33 • Mateus Delatim Simonato, da ABGE e Ester Feche Guimarães, da AESabesp;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

- 34 ● Maria Luísa Taborda Borges Ribeiro, da SOS Mata Atlântica;
35 ● Cláudio Bedran, do Instituto Ambiental Planeta Verde;

36 **Convidados com direito a voz:**

- 37 ● Dra. Alexandra Faccioli, do Ministério Público Estadual;
38 ● Antônio Cezar Leal, da UNESP;
39 ● Ney Roberto, do CREA;
40 ● Giovani Bruno Ruiz Tomasoni, da OAB/SP;
41 ● Dra. Gisele Novack Diana, da PGE.

42 **Representantes dos Comitês e das Agências de Bacias Hidrográficas:**

- 43 ● David Franco Ayub e Luciana Canieto - CBH ALPA;
44 ● Suraya - CBH AP;
45 ● Emilio Prandi - CBH MP;
46 ● Luiz Fernando Carneseca e Amauri Pollachi - CBH AT;
47 ● Marcia Chaves - CBH BS;
48 ● Fabio Pincinato - CBH LN;
49 ● André Navarro - CBH PCJ;
50 ● Sandro Selmo e Alvaro - CBH PP;
51 ● Gisele Camargo, Rose e Edilson - CBH PS;
52 ● Ney A. Ykeda - CBH RB;
53 ● Gustavo e Lucíola G. Ribeiro - CBH SJD;
54 ● Gustavo e Maria Cecilia - CBH TG;
55 ● Jorge Augusto de Carvalho Santos e Viviane Peres - CBH SMG;
56 ● Jodhi Allonso - CBH SMT;
57 ● Erica Tognetti - CBH TJ;
58 ● Irene Sabatino - CBH MOGI;
59 ● Claudio Daher - CBH BPG;
60 ● Lupércio e Graziela Gomes Silveira Scardovelli - CBH TB;
61 ● Renato Crivelenti - CBH PARDO;
62 ● Hélio C. Suleiman - FABHAT;
63 ● Roberto Gomes e Natália Zanetti - FABH SMT;

64 **1. ABERTURA.**

65 Flávia Braga Rodrigues, representante do DAIC/CRHi, cumprimentou os
66 Conselheiros, convidados e apresentou considerações acerca das regras a serem
67 adotadas na reunião virtual. Após constatado o quórum regimental, Luiz Ricardo
68 Santoro, Secretário Executivo da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

69 SIMA, representando o Presidente do CRH, Marcos Rodrigues Penido, agradeceu
70 a presença de todos e deu por aberta a reunião.

71 **2. APRECIÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 17/12/2020.**

72 Após dispensada sua leitura e aprovada por unanimidade.

73 **3. COMUNICAÇÕES**

74 Em nome do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e todos aqueles que
75 envolvidos na gestão de recursos hídricos, o Secretário Executivo, Dr. Ricardo
76 Santoro, expressou sentimentos de pesar pelo falecimento, no último dia 04 de
77 fevereiro de 2021, de Luiz Roberto Moretti, Secretário Executivo dos Comitês PCJ.
78 Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH e Coordenador de Recursos Hídricos,
79 também manifestou sua homenagem póstuma ao Eng. Luiz Moretti e informou
80 que foram definidas as próximas datas das reuniões do Conselho Estadual de
81 Recursos Hídricos para o ano de 2021: em 06 de maio, reunião ordinária onde
82 deverá ocorrer a posse dos novos conselheiros do segmento da sociedade civil
83 bem como a posse dos representantes dos onze conselheiros concernentes aos
84 grupos dos municípios; 02 de setembro e 16 dezembro, além da realização de
85 outras caso haja a necessidade. Foram debatidas, com os coordenadores de todas
86 as câmaras técnicas do CRH, a análise dos trabalhos desenvolvidos em 2020 bem
87 como agendadas reuniões que serão realizadas neste ano. Rui Brasil informou
88 que foi feita reunião da Coordenadoria com todas as Secretarias Executivas, em
89 4 de fevereiro, nivelando informações gerais sobre o Sistema de Gerenciamento
90 bem como os assuntos que estão na pauta de hoje, além do estabelecimento de
91 encontros virtuais ao longo de 2021.

92 **4. Apresentação "O novo marco legal do saneamento – os desafios de**
93 **São Paulo", pelo Subsecretário de Infraestrutura, Dr. Gláucio Attorre**
94 **Penna".**

95 Em sua apresentação, Gláucio Attorre Penna, mencionou alguns pontos
96 relevantes acerca do novo marco do saneamento, tal como a universalização dos
97 serviços até 2033 com 99% da população com abastecimento de água potável e
98 90% com coleta de esgotos, com a dilação deste prazo, até 2040, para aplicação
99 em municípios sem viabilidade técnico-financeira; criação dos blocos de
100 municípios, objetivando alavancar a regionalização. A seguir, foram ressaltados
101 certos desafios que caberão ao Estado de São Paulo enfrentar, como a garantia
102 de atração de investimentos privados para proporcionar a universalização dentro
103 do prazo estabelecido; o acompanhamento e o monitoramento desta



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

104 regulamentação bem como facilitar a devida transição entre os modelos
105 aplicados. O Plano Estadual de Saneamento tem previsão de licitação para
106 fevereiro de 2021, para tanto, foi estabelecida parceria com a ARSESP que deverá
107 promover a revisão e atualização dos planos municipais de serviços de
108 abastecimento de água potável e esgotamento sanitário das cidades reguladas e
109 fiscalizadas pela Agência. Dentro deste contexto, a SABESP buscou se posicionar,
110 dentro do Novo Marco, trazendo oportunidades que permitam à empresa ampliar
111 sua atuação no mercado de saneamento bem como investir em novos negócios,
112 como o tratamento de resíduos e a geração de energia. Após a apresentação o
113 Presidente abriu a palavra para considerações. Francisca Adalgisa, APU da
114 SABESP, indagou como seria a implementação em relação aos contratos
115 assinados pela SABESP, considerando, também, a existência de diversos
116 contratos e até com datas divergentes. Dra. Alexandra Faccioli, MP/SP,
117 considerou o recorte das regiões metropolitanas, de aglomerações urbanas, como
118 a de Piracicaba, e perguntou sobre os estudos de viabilidade técnica e econômico-
119 financeiras e, nas revisões dos Planos com a ARSESP, se houve diálogo em termos
120 da construção de um Termo de Referência, com os requisitos a serem atendidos.
121 Gláucio Penna reiterou que estão diante de um enorme trabalho de levantamento
122 de dados, caso a caso, e que apenas um desses desafios está nos contratos a
123 vencer. O Presidente pontuou que ainda precisam aguardar a análise do
124 Congresso Nacional, mas estão empenhados em equacionar todas as variáveis.
125 Gláucio complementou que no convênio com a ARSESP, para implementar os
126 planos municipais, providenciaram o Termo de Referência, que poderia ser
127 encaminhado para conhecimento. Diante das demais colocações, refletiu que o
128 Novo Marco Legal trata de mudanças de paradigmas, portanto, ainda pairam
129 muitas dúvidas. Finalizando, se colocou à disposição dos Conselheiros. Percy
130 Soares Neto (ABCON) compartilhou que a Abcon e Abdib promoverão Websérie
131 sobre desafios na implementação do marco de saneamento com informações pelo
132 site www.abdib.org.br.

133 **5. DELIBERAÇÕES:**

134 **5.1. Deliberação CRH nº 246 que "Aprova a revisão dos Programas de**
135 **Duração Continuada – PDCs para fins de aplicação dos instrumentos**
136 **previstos na política estadual de recursos hídricos".**

137 O Sr. Rui Brasil lembrou que o PERH possui os PDCs, instituídos pela Lei
138 9.034/94 e, desde então, houve um aperfeiçoamento na descrição e
139 aplicabilidade destes programas. Embora a última revisão destes Programas de
140 Duração Continuada tenha ocorrido há pouco tempo, em 2016, verificou-se uma



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

141 necessidade de serem realizadas algumas adequações, de forma democrática e
142 com ampla participação entre todos os entes do Sistema. A ideia é que esta nova
143 norma passe a ter vigência, em relação às indicações ao FEHIDRO, somente a
144 partir de janeiro de 2022. A seguir, Iara Giacomini, Diretora do Departamento de
145 Planejamento e Gerenciamento da CRHi, contextualizou a proposta de atualização
146 ressaltando que, dentre os objetivos, estão a redução de ambiguidades das
147 definições e terminologias dos PDCs/SubPDCs; a otimização do trabalho das
148 entidades do SIGRH durante o processo de indicação/avaliação de
149 empreendimentos FEHIDRO; a atualização de terminologias oriundas da
150 experiência obtida na elaboração do PERH 20-23 e, finalmente, adequação aos
151 desafios da realidade atual. Rui Brasil informou que foi encaminhada errata aos
152 conselheiros face à relevância de inclusão do SubPDCs 4.3 relativa às áreas de
153 mananciais. A Dra. Alessandra Faccioli, representando o MP-SP, também se
154 solidarizou com o passamento do Eng. Luiz Moretti e a seguir enalteceu a
155 oportunidade desta discussão bem como o acatamento do pedido feito pela
156 promotoria para que os encontros sejam mais frequentes ao longo de 2021. A
157 Promotora teceu comentários acerca das áreas contaminadas, conforme consta
158 no PDC 3, e indagou qual a pertinência deste tema, tendo como relação direta
159 com a temática dos recursos hídricos, uma vez que já existe um fundo específico
160 para gerenciamento de áreas contaminadas -FEPRAC- Fundo Estadual para
161 Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas. Posteriormente, a Dra.
162 Alessandra questionou sobre a redução progressiva dos recursos disponíveis para
163 investimentos neste conjunto de PDCs e SubPDCs ao longo do tempo, tal como
164 ocorreu junto ao PCJ. Sobre o exposto, Rui Brasil informou da preocupação, não
165 apenas sobre as áreas contaminadas, mas sobretudo com relação a aplicação de
166 recursos em atividades relacionadas aos resíduos sólidos com relação direta com
167 os recursos hídricos, finalizando, o Coordenador ressaltou que caberia ao
168 Conselho definir se o tema das áreas contaminadas permanecerá tal como foi
169 proposto ou se será aplicado outro encaminhamento ao assunto. Mateus
170 Simonato (ABGE) se manifestou pela permanência do tema das áreas
171 contaminadas por entender que se trata de uma matéria aplicável em casos
172 específicos e que, por isso, deveria ter previsão na política de recursos hídricos,
173 e com os devidos recursos necessários, haja vista sua relevância para o interesse
174 da coletividade. Adriana Menezes (FAESP) entendeu como sendo pertinente a
175 manutenção do SubPDC. A Dra. Alexandra solicitou que no MPO seja muito bem
176 definido quais os limites, quanto às áreas contaminadas, evitando uma
177 incompatibilidade na aplicabilidade de ações pelo FEHIDRO junto ao já



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

178 mencionado Fundo especial destinado a este assunto. A presente deliberação foi
179 aprovada por unanimidade pelos presentes.

180 **5.2. Deliberação CRH nº 247 que “Dispõe sobre os percentuais para**
181 **distribuição dos recursos financeiros do FEHIDRO referentes ao ano de**
182 **2021 entre os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de**
183 **Recursos Hídricos”.**

184 Nesta Deliberação, Rui Brasil informou que se propõe que a distribuição dos
185 recursos advindos da CFURH, neste ano de 2021, siga as mesmas bases aplicadas
186 no ano de 2020. Ester Feche, AESABESP, ressaltou a importância de se ter uma
187 previsibilidade e um período de transição antes da aplicação de uma nova
188 metodologia e por isso concordou com esta propositura. Por unanimidade, a
189 Deliberação foi aprovada.

190 **5.3. Deliberação CRH nº 248 que “Aprova metodologia de distribuição**
191 **dos recursos financeiros do FEHIDRO de investimento entre as Unidades**
192 **de Gerenciamento de Recursos Hídricos a vigorar a partir do exercício de**
193 **2022”.**

194 A Deliberação foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo do CRH
195 esclareceu que a nova metodologia valerá a partir do ano de 2022 para monitorar
196 os parâmetros de 2021. Bruno Souza (CRHi) apresentou a proposta. Iniciou
197 considerando o cronograma para a construção da minuta da Deliberação, iniciado
198 em 2020 com a disponibilização das propostas aos colegiados. Segundo ele, o
199 objetivo é o de se atualizar a Deliberação CRH nº 147/2012(Rateio FEHIDRO) de
200 modo a minimizar as disparidades dos investimentos das UGRHIs com baixa
201 arrecadação da cobrança, visando uma adequação à nova realidade financeira do
202 estado e das UGRHis, além de otimização do tempo de cálculo dos percentuais
203 de distribuição dos recursos financeiros. Os colegiados que arrecadam menos com
204 a cobrança receberão mais recursos da CFURH e, na premissa técnica, os
205 colegiados que se esforçam mais na gestão também receberão mais. Tomando-
206 se por base a premissa da equidade, foram definidas 5 faixas de colegiados com
207 base no potencial de arrecadação da cobrança. Aqueles colegiados que arrecadam
208 até R\$ 2 milhões de reais estão inseridos na faixa 1, correspondendo ao
209 recebimento de 35,5% dos recursos da CFURH. A faixa 2 são para colegiados que
210 recebem até 5 milhões de reais, correspondendo a 30,5% da CFURH. A seguir
211 temos a faixa 3, com arrecadação até dez milhões de reais, correspondendo a
212 25% da CFURH. Na faixa 4, estão os colegiados que recebem até 25 milhões de
213 reais, correspondendo a 6,5% da CFURH, e, finalmente, temos aqueles



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

214 integrantes da faixa 5, onde arrecadam acima de 25 milhões de reais e recebem
215 apenas 2,5% dos recursos da CFURH.

216 Os CBHs serão avaliados mediante 4 Indicadores: Transparência (até 5 pontos);
217 Capacitação (até 5 pontos); Utilização de recursos FEHIDRO (até 20 pontos) e
218 Gestão (até 10 pontos). Destes quatro indicadores, originam-se 18 parâmetros
219 conforme exposto na apresentação e com disponibilização para maiores detalhes
220 dentro do portal do SIGRH. Finda a apresentação, o Presidente abriu a palavra
221 para a manifestação do Plenário e Amauri Pollachi, do CBH-AT, mencionou que o
222 Comitê do Alto Tietê realizou uma série de discussões e encaminhou diversas
223 sugestões sobre o tema exposto sendo que parte foi acatada e algumas
224 rejeitadas. Acerca dos parâmetros, onde sua pontuação foi definida pelo CORHI,
225 solicitou que o processo para definição da nova metodologia de distribuição dos
226 recursos financeiros seja, de fato, mais aberto e participativo entre os colegiados.
227 Maria Luisa Taborda Borges Ribeiro, Fundação SOS Pró-Mata Atlântica, enfatizou
228 a importância da adoção de critérios para a gestão estimulando os comitês no
229 processo de fortalecimento da governança e, ainda, que os critérios sejam
230 compreensíveis e claros para que possam ser monitorados por todos os CBHs. O
231 Secretário Executivo do CRH ressaltou que o processo participativo ocorreu de
232 forma plena e que deverá se repetir ao longo do ano mediante novas discussões
233 com as reuniões planejadas com as Secretarias Executivas. A metodologia exige,
234 segundo suas palavras, um automonitoramento e terá total transparência, uma
235 vez definido o critério, com todo o desenrolar de debates democráticos. A seguir,
236 procurando esclarecer os demais questionamentos, foi mencionado que tentou-
237 se atender as necessidades sobre as questões de quantidade e qualidade das
238 águas, já que é prioridade em todos os Comitês do Estado, conforme apontam os
239 PAPIs dos CBHs. Dr. Ricardo Santoro sublinhou que o processo foi participativo e
240 continuará a sê-lo no futuro, de forma dinâmica e que demandará maior
241 aperfeiçoamento ao longo do tempo dentro do Sistema. Ao final, a Deliberação
242 foi aprovada pelos presentes por unanimidade.

243 **5.4. Deliberação CRH nº 249 que "Aprova a programação quadrienal e**
244 **metas do Capacita-SIGRH para o período 2021-2024".**

245 O Coordenador da CRHi enfatizou que o Capacita-SIGRH oferece programas de
246 capacitação permanente em Recursos Hídricos, desde 2020, já tendo ofertado
247 seis cursos. Iara Giacomini deu breves explicações sobre o tema lembrando
248 que se trata de meta obrigatória do Progestão, 2º Ciclo II. Informou, também,
249 que para o ano de 2021 estão previstas 15 capacitações. Atualmente estão fase



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

250 de contratação, com investimentos de cerca de R\$ 2 milhões, parcerias com as
251 instituições SENAC, FUMEP, IPT e CETESB. Para 2022, 2023 e 2024 estão
252 previstos outros sete cursos anuais contando com a participação do SENAC e
253 FUMEP, além de outras entidades, com investimentos de cerca de R\$ 800 mil a
254 cada ano. Posto isto, a Deliberação foi aprovada por unanimidade pelos
255 presentes.

256 **ASSUNTOS GERAIS E ENCERRAMENTO.**

257 Rui Brasil mencionou a demanda ao CRH, na reunião de dezembro de 2020,
258 quanto às providencias que estão sendo tomadas referente à crise hídrica na
259 região do Paranapanema, com acompanhamento constante por parte da SIMA.
260 Em virtude disso, foi feita uma solicitação à Câmara Técnica de Usos Múltiplos –
261 CTUM – para que apresentasse alguma proposta sobre as ações futuras a serem
262 implementadas para a minimização dos impactos causados pela crise hídrica. Luiz
263 Fernando Carneseca, Coordenador da Câmara Técnica de Usos Múltiplos, CTUM,
264 apresentou o parecer elaborado onde ofereceu maiores detalhes acerca das
265 reuniões realizadas nos dias 21 e 28 de janeiro, e outra no dia 9 de fevereiro
266 deste ano na qual envolveu a participação de membros desta CT bem como de
267 representantes do CBH Paranapanema, além do Eng. Hiroaki Makibara que apoiou
268 os trabalhos. Observe-se, também, que foram acompanhados os encontros
269 realizados pela Sala de Crise do Paranapanema, coordenada pela ANA. Após
270 ilustrar a situação foram propostas algumas ações como: (i) estabelecimento de
271 regras que viabilizem os usos múltiplos; (ii) manutenção do nível dos
272 reservatórios o mais alto possível em períodos de estiagem; (iii) manter os
273 volumes dos reservatórios de montante (Jurumirim e Chavantes) com, no
274 mínimo, 20% do seu volume útil; e (iv) preservar as vazões ecológicas na
275 defluência de todas as usinas da Bacia do Paranapanema. Quanto aos setores
276 específicos da economia, e que estão sendo muito penalizados com a escassez
277 hídrica, foram propostas as seguintes ações, a título exemplificativo, (i)
278 Piscicultura: Propôs-se a constituição de grupos de trabalhos para estudar os
279 perímetros mencionados no PIRH, com a participação dos piscicultores; e (ii)
280 Turismo: Foi proposta a constituição de grupos de trabalho com a expectativa de
281 análise das variações dos níveis dos reservatórios e os impactos no turismo,
282 contando com membros do setor turístico. Por fim, vale destacar que a ANA, por
283 meio da Portaria nº 361 de 21/01/2021, instituiu o GT Paranapanema com o
284 objetivo de elaborar uma proposta de condições de operação para os
285 reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos instalados naquela localidade,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

286 como uma alternativa para aumentar a segurança hídrica na bacia. O prazo
287 estipulado na Portaria para o funcionamento deste grupo de trabalho é de 180
288 dias. Em fevereiro de 2021 foi realizada a primeira reunião deste GT
289 Paranapanema, coordenado pela ANA, onde foi definida a elaboração, por parte
290 da Agência, de uma proposta inicial de discussão de alternativas de regras
291 operativas para as UHEs do Paranapanema, definindo-se para o início do mês de
292 março de 2021, sua próxima reunião. Com relação às conclusões obtidas pela
293 CTUM, foram enfatizadas algumas, como a que não há regras claras por parte
294 dos reguladores ANA e ONS para os níveis operacionais e volume útil, podendo
295 causar um comprometimento nos usos múltiplos, inclusive nas outorgas vigentes.
296 A CTUM ressaltou a importância do encaminhamento dado ao assunto por meio
297 de ações combinadas via Sala de Crise e do GT Paranapanema com a participação
298 do próprio comitê. Recomenda-se ao CRH, manifestação à ANA, sobre a
299 necessidade de definição das regras operacionais dos reservatórios em questão,
300 adequadas para a correta manutenção dos usos múltiplos existentes na Bacia do
301 Rio Paranapanema. O Presidente parabenizou pelo trabalho e abriu o tema para
302 considerações. Ester Feche (AESabesp) também parabenizou pelo trabalho. A
303 Dra. Alexandra enalteceu a iniciativa da criação de um espaço de articulação e
304 coordenação entre os diversos atores envolvidos visando o atendimento de
305 situações complexas e possibilitando respostas mais rápidas do que cada órgão
306 é capaz de dar isoladamente. Pontuou, com atenção, sobre a necessidade de se
307 respeitar as premissas e as diretrizes para a vazão mínima remanescente
308 assegurando, desde o básico, como o abastecimento público e levando em
309 consideração a preservação dos ecossistemas aquáticos, pela integração da
310 gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental. Malu Ribeiro também
311 parabenizou os trabalhos. Considerou a importância e urgência da manifestação,
312 até mesmo para melhorar a relação entre os sistemas, de forma integrada de
313 fato, e com a ANA, além, é claro, da inclusão do papel dos comitês de bacia em
314 todo o processo, como o licenciamento e a definição das regras operativas em
315 PCHs e Hidrelétricas. Antônio Cezar Leal (UNESP) concordou com a proposição do
316 CRH encaminhar para ANA reforçando a necessidade de proposição das regras
317 operativas considerando os usos múltiplos. Informou que no Comitê estão
318 iniciando a revisão do Plano integrado do Paranapanema e priorização de ações
319 para a segurança hídrica. O Presidente realçou a importância do item 21 no
320 Parecer, onde consta: "Recomenda-se ao CRH manifestação à ANA, sobre a
321 necessidade de definição das regras operacionais dos Reservatórios em questão,
322 adequadas para manutenção dos Usos Múltiplos existentes na Bacia do Rio
323 Paranapanema.", tendo sido aprovado por todos encaminhamento de expediente
324 do CRH à ANA contemplando a proposta da CTUM. Tendo sido cumprida a pauta



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

325 e não havendo mais itens pendentes, Luiz Ricardo Santoro, Secretário Executivo
326 da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente-SIMA, na presidência dos
327 trabalhos, encerrou a reunião. Esta Ata é resumo dos registros das notas
328 taquigráficas desta reunião extraordinária.

329

330

331

332 **Marcos Rodrigues Penido**

333 Presidente do CRH

334

335

336

337 **Rui Brasil Assis**

338 Secretário Executivo do CRH